CRISE DO CAPITAL, BOLSONARISMO E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA

Natan dos Santos Rodrigues Júnior¹
Alba Maria Pinho de Carvalho²

RESUMO

Este artigo tem por objeto discutir os processos de superexploração da força de trabalho no Brasil contemporâneo, considerando a inserção subordinada do país aos percursos da mundialização financeira, a partir da década de 1990. Assim, interessa-nos compreender a relação da superexploração com a crise do capital e a ofensiva neoliberal, a agravar-se no contexto do "bolsonarismo" e da emergência da pandemia da Covid-19. Desse modo, a ofensiva conservadora-liberal se intensifica no Brasil a partir do governo Bolsonaro, ao pôr em prática uma agenda de contrarreformas que tem como resultado o incremento da superexploração da força de trabalho, privatizações, restrições democráticas e um alinhamento automático mais estreito com o imperialismo norte-americano, recolocando em bases ainda mais dramáticas a situação de dependência do capitalismo brasileiro.

Palavras-chave: Bolsonarismo; superexploração da força de trabalho; Brasil contemporâneo.

ABSTRACT

This article aims to discuss the processes of overexploitation of the workforce in contemporary Brazil, considering the country's subordinate insertion in the paths of financial globalization from the 1990s onwards. Thus, we are interested in understanding the relationship of overexploitation with the crisis of capital and the neoliberal offensive, worsening in the context of "bolsonarismo" and the emergence of the Covid-19 pandemic. Thus, a conservative-liberal offensive has intensified in Brazil since the Bolsonaro government, by putting into practice an agenda of counter-reforms that results in increased overexploitation of the workforce, privatizations, democratic policies and a closer automatic alignment with US imperialism, putting the situation of dependence on Brazilian capitalism on even more dramatic grounds.

Keywords: Bolsonarismo; overexploitation of the workforce; Contemporary Brazil.

¹ Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Bolsista da CAPES. Mestre em Sociologia pela UFC. Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Integrante da Rede Universitária de Pesquisadores sobre América Latina – RUPAL e do Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social - CETROS. E-mail: natan.srj@ gmail.com. ² Doutora em Sociologia, professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará – UFC, integrando o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia PPGS e dos Mestrados Acadêmico e Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da UFC. Coordenadora da Rede Universitária de Pesquisadores sobre América Latina – RUPAL. E-mail: albapcarvalho@gmail.com.

















TRABALH<mark>o alie</mark>nado, Destruição da Natureza e Crise de <mark>Hegem</mark>onia

Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

1. INTRODUÇÃO: A CATEGORIA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO COMO ELEMENTO CENTRAL NO DEBATE MARXISTA CONTEMPORÂNEO

O presente artigo tem como objetivo discutir os processos de superexploração da força de trabalho no Brasil contemporâneo, considerando a inserção subordinada do país aos percursos da mundialização financeira, a partir da década de 1990. Assim, interessa-nos compreender a relação da superexploração – como condição estrutural das economias dependentes – com a crise do capital e a ofensiva neoliberal, a agravar-se no contexto do "bolsonarismo" e da emergência da pandemia da Covid-19. Temos, aqui, como principal referência teórico-metodológica as formulações produzidas pelo campo da Teoria Marxista da Dependência (TMD), em suas formulações clássicas e contemporâneas.

A categoria superexploração da força de trabalho - formulada por Ruy Mauro Marini, no campo da TMD - é uma das principais e, também, mais polêmicas formulações do autor. Ela expressa uma realidade particular das economias dependentes, no sentido de se efetivar como um mecanismo de compensação em relação às transferências de valor da periferia para o centro capitalista, no âmbito das trocas desiguais (MARINI, 2005). Trata-se, portanto, de uma modalidade particular de exploração presente nas economias dependentes e não apenas um aumento quantitativo do grau de exploração da força de trabalho. Ela é um traço estrutural das economias latino-americanas, com consequências nas modalidades como o capital se reproduz nestas nações.

A força de trabalho, ao ser apropriada pelo capital, tem seu valor definido pelo tempo socialmente necessário para produzir e reproduzir sua capacidade de trabalho. Para este cálculo, é determinante o valor dos meios de vida necessários para assegurar a reprodução da classe trabalhadora, como os que se referem à alimentação, habitação, educação, vestuário, saúde, etc. Na realidade latino-americana, a superexploração da força de trabalho se caracteriza pela queda dos preços da força de trabalho abaixo do seu valor, pondo óbices à possibilidade de

















TRABALHO <mark>ali</mark>enado, Destruição da Natureza e Crise de <mark>Hegemo</mark>nia

Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

reprodução desta mercadoria, o que significa que parte do fundo salarial é apropriado como fundo de acumulação do capital.

Carcanholo (2013) destaca a diferença que existe entre a categoria superexploração e as distintas formas de se obter a elevação da taxa de mais-valia, que se desenvolve por meio de quatro mecanismos, podendo se manifestar isoladamente ou de maneira combinada: elevação da jornada laboral ou aumento da intensidade do trabalho, sem haver correspondência, em ambos os casos, entre a remuneração e o maior desgaste do trabalhador; e a redução salarial. A estes três mecanismos, já discutidos por Marini na obra *Dialética da Dependência*, soma-se o aumento da qualificação do trabalhador ou do valor moral da força de trabalho, sem os salários corresponderem ao incremento deste valor. Em relação a este último aspecto, Osório (2013, p.58) afirma que:

Isso implica que a massa ou volume de produtos que conformam uma cesta de bens-salário não pode ser composta sem considerar as condições históricas e culturais, ou seja, não pode, por exemplo, incluir produtos somente pelo seu baixo preço ou por critérios relativos ao que deve ser uma boa alimentação. Por outro lado, deve considerar que o desenvolvimento produtivo de uma sociedade faz com que certos produtos suntuários se tornem posteriormente bens-salário, que se integram aos meios de vida necessários para a população trabalhadora. Uma televisão, uma geladeira ou um celular comum estariam neste conjunto a princípios do século XXI. Fazem parte da sociabilidade e da vida em comum que o capital vai estabelecendo em seu desenrolar.

Em outras palavras, significa afirmar que o desenvolvimento material da sociedade converte novas mercadorias em bens necessários para a reprodução social da classe trabalhadora, em épocas e contextos históricos determinados. Este incremento dos bens necessários pressiona no sentido da elevação do valor da força de trabalho, que pode não ser correspondido, na mesma proporção, pelos acréscimos salariais, o que configura uma modalidade de superexploração.

Desse modo, o desenvolvimento capitalista subordinado trilhado pelos países da periferia, alcançando, inclusive, no caso do Brasil, o estágio de economia monopolista e subimperialista, com forte atuação do capital financeiro, exige, para tanto, somas cada vez mais elevadas de extração de mais-valia, retroalimentando a superexploração do trabalho nos países dependentes.















2. AJUSTE BRASILEIRO AO CAPITALISMO FINANCEIRIZADO E O INCREMENTO DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A década de 1990 expressa a inserção do Brasil aos percursos do capitalismo financeirizado, ao demarcar a entrada do País no ciclo de ajuste da América Latina, no contexto de mundialização do capital. Este ajuste estrutural contou com participação ativa do Estado, ao empreender a financeirização do processo de acumulação, dando início aos processos de implementação dos *ciclos de ajustes*, mediante adoção do receituário neoliberal (CARVALHO; GUERRA, 2015)³.

No Brasil, a implementação da agenda de Washington tem início, tardiamente, com a vitória de Fernando Collor de Melo na disputa eleitoral de 1989. O Governo Collor representou um novo salto para a modernização capitalista, orientada pelo trinômio - abertura econômica, privatização e desregulamentação do Estado.

O projeto neoliberal do Governo Collor, de caráter antipopular e antinacional, configurou-se um retumbante fracasso econômico, pois, além de não conter a inflação, promoveu um desmonte do parque produtivo, ocasionando aumento do desemprego e precarização do trabalho. Acrescente-se, ainda, o sucateamento das empresas estatais, destruição do pequeno e médio capital, aguçamento da questão social e ampla insatisfação popular, acrescido da avalanche de denúncias de corrupção. Diante disto, o vice-presidente Itamar Franco assume o comando do Executivo Federal, em outubro de 1992, após um conturbado processo de impeachment, até completar o mandato, em 1994.















³ Em publicações de 2015, 2016 e 2018, CARVALHO e GERRA distinguem cinco ciclos de ajuste na experiência brasileira, quais sejam: 1 – ciclo de estabilização da economia, compreendendo os governos Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002); 2 – ciclo de consolidação das políticas de ajuste e de reconstituição do mercado interno de consumo de massas, compreendendo o primeiro governo Lula (2003-2006) e parte do segundo (2007-2008); 3 – ciclo de articulação de políticas de ajuste e neodesenvolvimentismo, a partir da segunda metade do segundo governo Lula (2009-2010) e primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014); 4 – ciclo de retomada da ortodoxia rentista, em um ajuste à direita, que se dá com o segundo governo Dilma, interrompido pelo impeachment; 5 – ciclo da submissão radical ao financismo e desmonte de direitos, pela via do Golpe de 2016 (Governo Temer 2016-2018). (CARVALHO, 2016; 2018). E, mais recentemente, ciclo de ultraliberalismo dependente, com dominância da extrema direita, nos marcos do chamado bolsonarismo.



Consciên<mark>cia de Classe</mark> e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

A eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC) para a Presidência da República, em 1995, e depois reeleito para um segundo mandato, em 1998, representou a continuidade e consolidação da agenda neoliberal no país. A adaptação do Estado brasileiro às novas necessidades do capitalismo contemporâneo era um elemento central do referido projeto. Em meio à implementação da agenda neoliberal, assistiu-se, na década de 1990, à ampla redução do assalariamento formal, em especial no setor secundário, resultado da política de desindustrialização em curso, decorrente dos percursos de experiência de ajuste brasileiro.

De 1994 a 2000, o desemprego no Brasil passou de 4,5 milhões para 11,5 milhões de trabalhadores, respectivamente, alcançando uma taxa de 15% de desempregados. Estes altos índices foram utilizados como elemento político fundamental para fragilizar o movimento sindical brasileiro e barrar as principais formas de resistência ao projeto. Flexibilização e expansão da informalização dos postos de trabalho tiveram como resultado a precarização ainda maior dos empregos assalariados de carteira assinada no país.

Ao final do século XX e limiar do século XXI, o projeto neoliberal demonstrava sinais de desgaste, motivados pelos baixos índices de crescimento econômico e o aumento da concentração de renda nas frações mais ricas das classes dominantes locais e internacionais, aumentando, em consequência, a desigualdade, o desemprego, a pobreza e a violência. Diante do desgaste do neoliberalismo, a grande burguesia internacional realizou ajustes em sua estratégia e introduziu uma variante mais moderada do mesmo modelo, em que o Estado passou a intervir nas "falhas do mercado", buscando inserir, de forma precária e pontual, segmentos expropriados nos circuitos de expansão sem limites do capital.

No caso do Brasil, tal modelo acirrou a dependência brasileira ao sistema do capital e foi mantido e consolidado nos treze anos de governos petistas de Lula (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2016), em uma versão de conciliação de classes.

3. A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL EM TEMPOS DE SOCIAL-LIBERALISMO PETISTA







APOIO











Consciê<mark>ncia de Classe</mark> e Lutas Sociais <mark>na Superação</mark> da Barbárie

No período compreendido entre 2003 e 2012 houve um crescimento de 53,6% no contingente dos empregados com carteira assinada no setor privado, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015). O desemprego total caiu de perto de 20%, em 2001, para menos de 10%, em 2012, expressando a importante geração de postos de trabalho na faixa salarial acima de meio até dois salários-mínimos, que, junto à política de aumento real do salário mínimo acima da inflação, impulsionou o consumo de massas no País.

Com efeito, a consolidação do mercado de capitais e do sistema financeiro brasileiro, somada à vertiginosa expansão do crédito ao consumidor, resultou na incorporação de parte significativa dos trabalhadores ao consumo de bens duráveis. Isto se deu, principalmente, por meio do mecanismo do endividamento, que alcançou, em 2016, o percentual de 58,2% das famílias brasileiras endividadas, segundo dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)⁴. Para Luce (2013), ao contrário do discurso apologético oficial, esteve em curso no Brasil, durante os governos petistas, um incremento da superexploração da força de trabalho no Brasil, a despeito da política de valorização do salário mínimo.

O autor aponta, ainda, que um importante critério, no Brasil, para aferir a remuneração da força de trabalho, em condições próximas ao seu valor, é o salário mínimo necessário (SMN)⁵, calculado pelo DIEESE. Esta medida considera não apenas o comparativo do salário mínimo legal com a inflação, mas, principalmente, expressa o salário que deveria corresponder aos gastos necessários com moradia, alimentação, saúde, educação, lazer, previdência social, vestuário, higiene e transporte. Em outras palavras, o SMN expressa a quantia necessária para obter os

⁵ Para calcular o SMN, o DIEESE produz o levantamento do preço médio dos 13 produtos alimentares que constam do decreto-lei n. 399/1938 e nas quantidades especificadas por este. Após, é calculado o gasto mensal agregado de cada um dos produtos. Considerando a unidade familiar típica como composta em média por dois adultos e duas crianças e o consumo de uma criança como o equivalente à metade de um adulto, multiplica-se por três o preço mensal da cesta básica do DIEESE e o resultado é novamente multiplicado, agora pelo peso da inflação na porcentagem que a alimentação representa entre os gastos essenciais de uma família no rol dos demais itens avaliados pelo Índice do Custo de Vida (ICV) e que entram também na cesta de consumo do SMN. (LUCE, 2018, p. 180)















⁴ Disponível em: 58,2% das famílias brasileiras estavam endividadas em setembro, diz CNC (http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/09/582-das-familias-brasileiras-estavam-endividadas-em-setembro-diz-cnc.html)

tipos de valores de uso reconhecidos como indispensáveis para um trabalhador sustentar a si próprio e a sua família.

Seguindo as pitas da TMD, é preciso ter em mente que o salário real significa a relação do salário com o valor da força de trabalho. Nesse sentido, é emblemático confrontar a política de salário mínimo com o SMN, calculado pelo DIEESE, praticado nos governos neoliberais de FHC e social-liberais do PT:

Tabela 1 - Evolução do salário mínimo de 1994 - 2015

Mês/ano	Salário mínimo	Relação mínimo/DIESS	Mês/ano	Salário mínimo	Relação mínimo/DIESS
	nominal	E		nominal	E
Jul/1994	64,79	11%	Jan/2005	260,00	17,9%
Jan/1995	70,00	9,7%	Jan/2006	300,00	20,0%
Jan/1996	100,00	12,8%	Jan/2007	350,00	22,4%
Jan/1997	112,00	14,5%	Jan/2008	380,00	19,7%
Jan/1998	120,00	13,9%	Jan/2009	415,00	20,0%
Jan/1999	130,00	14,8%	Jan/2010	510,00	25,7%
Jan/2000	136,00	14,4%	Jan/2011	510,00	23,2%
Jan/2001	151,00	14,6%	Jan/2012	622,00	25,9%
Jan/2002	180,00	16,3%	Jan/2013	678,00	25,3%
Jan/2003	200,00	14,4%	Jan/2014	724,00	26,3%
Jan/2004	240,00	16,6%	Jan/2015	788,00	25,3%

Fonte: DIEESE Elaboração própria

Ainda que reconheçamos que o poder de compra do salário mínimo legal tenha aumentado durante os governos Lula e Dilma, quando comparados aos anos de 1990, o que se verifica nos governos petistas, de fato, é que o salário mínimo alcança, no máximo, pouco mais de ¼ do SMN. Acrescente-se a isto o fato de que, durante o período de 2003-2102, a geração de empregos se concentrou na faixa salarial de ½ a 3 salários mínimos (SM), ao mesmo tempo em que houve uma redução dos empregos na faixa salarial acima de 3 SM, (MACÁRIO, 2014), e que, segundo dados da PNAD de 2011, 55% da população trabalhadora recebeu até 3 SM (LUCE, 2018).

Outras marcas deste período são a predominância dos empregos de curta duração, a proliferação dos contratos de trabalho temporários, em tempo parcial, os vínculos terceirizados, dentre outros. Segundo dados da CUT e do DIEESE, o número de terceirizados no Brasil chegou a 12,7 milhões, em 2013. Estes trabalhadores, além

















TRABALHO ALIENADO, Destruição da Natureza e Crise de Hegemonia

Consciê<mark>ncia de Classe</mark> e Lutas Sociais <mark>na Superação</mark> da Barbárie

de estarem mais propensos a acidentes de trabalho, recebiam, no período, 24,7% a menos do que aqueles que tinham contratos diretos com as empresas e trabalhavam três horas semanais a mais que os efetivos (CUT, 2014).

As materializações históricas dos percursos brasileiros no século XXI bem revelam que a perspectiva de um desenvolvimento como um grande pacto nacional, que atenda aos interesses gerais da nação, tanto das frações burguesas como dos trabalhadores, para superar a dependência e subordinação do Brasil no plano mundial, não é factível nos marcos do capitalismo e da divisão internacional do trabalho. Tais proposições constituem, na verdade, uma construção ideológica que disfarça projetos particulares, na forma de interesses gerais, já que o próprio desenvolvimento do capitalismo dependente tem por base a superexploração da força de trabalho.

4. EROSÃO DO PACTO SOCIAL-LIBERAL E GOLPE DE 2016

A manifestação da crise estrutural do capital, em fins de 2008, expandida ao longo do final da primeira década do século XXI e limiar da segunda para os países dependentes em todo o mundo, ocasionou a queda dos preços das *commodities* e retração do investimento internacional, pilares do atual padrão exportador de especialização produtiva na América Latina (OSÓRIO, 2012b).

Em um contexto internacional desfavorável, sobretudo em relação à posição da China - importante destino das exportações brasileiras -, teve início a erosão da possibilidade de continuidade do pacto de classes no Brasil, fazendo emergir a crise brasileira contemporânea, como confluência da crise econômica e crise política, a expressar, de forma peculiar, a crise estrutural do capital (CARVALHO, 2018).

De fato, a crise do capital, inicialmente contrabalanceada por medidas anticíclicas - como desonerações e incentivos a setores industriais (automóveis e eletrodomésticos), bem como pelo aumento do crédito ao consumo e endividamento das famílias brasileiras - começou a dar sinais que se fizeram sentir com intensidade em meados do primeiro governo Dilma (2011-2014), no qual registrou crescimento econômico de apenas 0,1%, ao final da gestão.

















Consciên<mark>cia de Classe</mark> e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

O segundo mandato de Dilma Rousseff iniciou-se, em 2015, com a imposição de uma agenda neoliberal, marcada por dura austeridade e cortes em investimentos públicos. Segundo Leda Paulani, "esse novo e fatal erro derrubou de vez a economia (o ano de 2015 fechou com queda de 3,8% no PIB e enorme elevação do desemprego) e abriu espaço político para a contestação do segundo mandato da presidente" (2016, p. 73-74).

A execução de medidas ortodoxas pelo governo Dilma não foi suficiente para contemplar as exigências imediatas dos diferentes segmentos do capital, especialmente do capital financeiro. Estava em curso o golpe que terminaria por levar o vice-presidente Michel Temer ao poder e que expressou a alternativa das forças do capital para manter as taxas de lucro, por meio da superexploração da força de trabalho e apropriação do fundo público.

Do ponto de vista das classes dominantes, o acirramento da crise do capital, nos últimos anos, exigia uma política intensificada de desmonte de direitos sociais e trabalhistas que permitisse um aumento, ainda mais brutal, da superexploração da força de trabalho no Brasil. Juntaram-se a isto, determinados elementos políticos: os posicionamentos da alta classe média, como força militante em grandes manifestações de rua; a grande mídia e sua cobertura manipulatória sobre as denúncias de corrupção no escândalo do "Petrolão"; o apoio irrestrito de setores do capital privado interno e internacional que ambicionavam a privatização da Petrobrás e, ainda, a atuação de grupos políticos interessados em "estancar a sangria" promovida pela Operação Lava-Jato.

Importante destacar o grande protagonismo político assumido pelo Judiciário brasileiro, em articulação com os poderosos grupos midiáticos monopolistas, no processo do Golpe. E, assim, constituiu-se o cenário político da ofensiva neoliberal restauradora, fundada na radicalização das políticas neoliberais, no desmonte de direitos sociais, espoliação das riquezas nacionais e desmanche de políticas públicas, penalizando, fortemente, a classe trabalhadora.

O governo ilegítimo, capitaneado por Michel Temer (MDB), com apoio dos tucanos do PSDB, aplicou à risca o programa contido no documento intitulado *Uma*

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

ponte para o futuro, em que é apresentada uma política neoliberal plena e ortodoxa. Avalia Leda Paulani (2016, p.74):

> A essência do documento é o resgate pleno da agenda neoliberal (o modelo perdedor nas eleições de 2014), purificando-a dos arroubos sociais dos governos do PT e retomando o processo de privatização, relativamente brecado nas gestões de Lula e Dilma.

Neste cenário de "desmonte da Nação", ganha destaque a aprovação de Emenda Constitucional 95, a congelar, por 20 anos, os gastos sociais, em especial, saúde e educação⁶. Evidenciam-se, também, mudanças na política externa, com o abandono de parcerias Sul-Sul e um maior alinhamento com o imperialismo norteamericano, bem como as contrarreformas do Ensino Médio, das leis trabalhistas e da Previdência Social.

O golpe institucional de 2016 representou, desta forma, uma nova inflexão no projeto das classes dominantes no Brasil. A rigor, em meio a um aprofundamento da crise estrutural do capital, afirmou-se, como marca do sistema do capital contemporâneo, o retorno à ortodoxia do neoliberalismo, ausente de concessões mínimas aos segmentos dos trabalhadores, e o desmonte absoluto de qualquer legislação que ponha limites à superexploração da força de trabalho.

CONSERVADORA-LIBERAL ELEICÃO 5. OFENSIVA Ε DE **JAIR BOLSONARO: PONTO DE CHEGADA DO GOLPE DE 2016**

Antonio Gramsci (2000), ao analisar a Itália fascista de seu tempo, tomando por base as reflexões de Marx sobre a sociedade capitalista, afirma que em tempos de crise orgânica do capital, quando o velho mundo ainda não pereceu e o novo ainda tarda a nascer, podem irromper monstros. O monstro do fascismo, sem dúvidas, se relacionava ao momento histórico de grave decadência da sociedade burguesa, não apenas nos aspectos econômicos e políticos, mas também culturais e ideológicos.

De fato, o fascismo é a alternativa à qual os setores mais reacionários do capital financeiro recorrem para garantir seus interesses de classe. Fascismo, nesse sentido,

⁶ Conferir matéria do El Pais Entenda o que é a PEC 241 (ou 55) e como ela pode afetar sua vida: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574_221053.html.

















TRABALHO ALIENADO, Destruição da Natureza e Crise de Hegemonia

Consciên<mark>cia de Classe</mark> e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

é entendido não apenas como forma de governo, mas também como fenômeno social e ideológico, a despertar forças reacionárias presentes na sociedade. A crise contemporânea brasileira parece ter encontrado seus próprios monstros.

Os percursos de "golpes dentro do Golpe" (CARVALHO, 2018), iniciado em 2016, resultaram na vitória do candidato da extrema direita Jair Bolsonaro nas eleições presidências de 2018, com 39% dos votos (ou 57 milhões), contra Fernando Haddad (PT), que obteve 32% dos votos (ou 47 milhões) no segundo turno eleitoral.

A articulação que envolveu o capital financeiro internacional, o latifúndio, setores industriais, a grande mídia, grupos religiosos ligados ao "mercado da fé", setores médios da sociedade e um milionário esquema de produção e compartilhamento de mentiras⁷, eufemisticamente chamadas de *Fake News*, assegurou o caminho que levou ao poder um candidato que, em 27 anos de vida pública, nada tinha feito de significativo. Tal articulação fez emergir a chamada "nova direita brasileira". Desse modo,

No cenário do tempo presente, na vida brasileira, esta nova direita, formatada na ideologia neoliberal, junta-se a uma direita forjada no fundamentalismo religioso de igrejas neopentecostais, prisioneira das fortes amarras de um moralismo, imbrincado a uma religiosidade conservadora, absolutamente intolerante, gestada no ódio e nas muitas formas de violências. E mais: junta-se a esta composição ideológica de direitas, o militarismo e o justicialismo, a pregar a violência armada, o extermínio, como saída! (CARVALHO, 2020, p. 4)

Ao considerar o fato de que grande parte da classe trabalhadora brasileira votou e legitimou a candidatura fascista de Bolsonaro, Mauro Iasi (2018) nos lembra de que não há uma correspondência mecânica entre o ser da classe e sua consciência. Em outras palavras, as transformações, nas últimas décadas, no mundo do trabalho e na morfologia da classe trabalhadora, mesmo não alterando sua centralidade na ordem capitalista contemporânea, somadas à política de conciliação de classes, empreendida pelos governos do PT, nos últimos treze anos, produziram efeitos importantes nas formas de consciência desta classe. Segundo lasi (2018):

[...] quando analisamos o movimento objetivo da classe trabalhadora desde a crise da autocracia burguesa nos anos 1970 até hoje, vemos claramente um

⁷ **Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp.** Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml

















TRABALHO ALIENADO, Destruição da Natureza e Crise de Hegemonia

Consciên<mark>cia de Classe</mark> e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

processo no interior do qual se tornou possível a fusão de classe e a passagem para uma classe em si nos anos 1980, seguida de uma interrupção nesse caminho e sua desconstrução como classe que culmina no período de conciliação de classes dos governos petistas e sua reversão à serialidade no período recente (2018, p. 4).

Esse processo levou à fragmentação dos trabalhadores. Ainda segundo lasi (2018, p.5):

romperam-se os laços que os uniam, eles se dispersaram geograficamente, foram derrotados politicamente (em parte, traídos), serializaram-se. Mas, uma vez fragmentados, invisíveis e desprezados, ainda existem e em seu conjunto são os responsáveis pela produção e distribuição de tudo que é necessário à existência, desde produtos, serviços, manutenção e tudo que faz a materialidade da economia girar em favor do capital. Uma vez quebrados em sua unidade política de classe, voltam-se a outras formas de pertencimento e grupalização, na qual expressam seus interesses imediatos e os elementos constitutivos de sua cultura.

Coube à "nova direita brasileira" manipular e direcionar o profundo descontentamento de parte da classe trabalhadora com o sistema político e com a degradação da vida e do trabalho, no contexto da grave crise do sistema capitalista. O discurso marcadamente antipetista e conservador no âmbito da moral e dos costumes obliterou o programa ultraneoliberal de desmanche das políticas públicas e retirada de direitos sociais e trabalhistas. Assim, de acordo com Carvalho (2020, p. 4):

é nesta simbiose de direitas, de crise, de conservadorismo, de marcha autoritária, de políticas ultraneoliberais e contrarreformas, de inseguranças e instabilidades, que se constitui o "bolsonarismo" como um "ponto de chegada" do Golpe de 2016, a sua culminância, com desdobramentos imprevisíveis. Em verdade, trata-se de um fenômeno sociopolítico resultante desta convergência de forças constitutivas da extrema-direita no Brasil, ao final da segunda década do século XXI. A rigor, "bolsonarismo" é uma configuração sociopolítica de extrema-direita, que articula ultraneoliberalismo dependente, militarismo autoritário, mesclado com justicialismo da violência e reacionarismo político-cultural, eivado de um moralismo religioso.

A ofensiva conservadora-liberal, portanto, se intensifica no Brasil a partir do governo Bolsonaro, ao pôr em prática uma agenda de contrarreformas que tem como resultado o incremento da superexploração da força de trabalho, privatizações, desmanche das políticas sociais, perseguições políticas, restrições democráticas e um alinhamento automático mais estreito com o imperialismo norte-americano, recolocando em bases ainda mais dramáticas a situação de dependência do capitalismo brasileiro.

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

Instaura-se um Estado inteiramente voltado para os interesses do capital, a assumir políticas ultraneoliberais, fragilizando, cada vez mais, a soberania nacional. É um Estado autoritário, conservador e reacionário, a desconsiderar pactos e regulações democráticas.

Ao entrecruzamento de crises econômica, social e política, soma-se a crise sanitária promovida pela pandemia mundial da Covid-19, a gestar mais de 580 mil mortes no Brasil, ao fim de agosto de 2021. Em verdade, a pandemia do novo coronavírus, no Brasil, ganha contornos ainda mais dramáticos devido a sistemática recusa, por parte do governo de Jair Bolsonaro, em adotar parâmetros científicos no enfrentamento à doença, tais como o incentivo ao uso de máscara, a promoção do distanciamento social e o investimento na aquisição de vacinas. Assiste-se, também, em meio a gravíssima crise sanitária, a continuidade da ofensiva ultraliberal, a resultar no aumento dramático do desemprego – atingindo a cifra de 14,7 milhões de pessoas sem emprego -, no empobrecimento da população e no aumento da fome e do custo de vida.

Como expressão da estrutural superexploração da força de trabalho no Brasil, tem-se, ainda, o perverso aprofundamento da retirada de direitos sociais e trabalhistas, a exemplo da MP 1045/2021, já aprovada na Câmara dos Deputados, que prevê, dentre outros pontos: a criação de modalidades de trabalho sem direito a férias, 13º salário e FGTS, e também sem direitos trabalhistas e previdenciários; reduz o pagamento de horas extras para algumas categorias profissionais, como bancários, jornalistas e operadores de telemarketing; aumenta o limite da jornada de trabalho de mineiros; restringe o acesso à Justiça gratuita em geral, não apenas na esfera trabalhista e dificulta a fiscalização, inclusive para casos de trabalho análogo à escravidão.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste cenário de profundas transformações do sistema do capital, em meio à mundialização financeira e ao recrudescimento do neoliberalismo, a ofensiva das forças do capital contra o trabalho estabelece novos patamares da luta de classes no

















Brasil, pois o avanço do conservadorismo e da extrema-direita, no âmbito da sociedade civil e da sociedade política (GRAMSCI, 2000), ora em curso, tende a dificultar as formas de resistência dos trabalhadores.

A recessão econômica e o desemprego – agravados pela pandemia da Covid-19 – , delineiam, com cores ainda mais sombrias, o quadro da tragédia do mundo do trabalho no Brasil. Tal cenário, agravado a partir da implementação da Reforma Trabalhista, em 2017, de caráter eminentemente neoliberal, dificulta, ainda mais, a capacidade de mobilização trabalhista para o enfrentamento em prol da manutenção ou ampliação de direitos, bem como da própria preservação das entidades da classe trabalhadora.

Assim, impõe-se o desafio da necessária reelaboração das táticas e estratégias dos movimentos sindicais e populares, na perspectiva de não apenas resistir contra a retirada de direitos sociais arduamente conquistados, mas também de readquirir o protagonismo e a ofensiva política, em direção a um horizonte de superação da superexploração da força de trabalho e de construção de uma sociedade para além do capital.

REFERÊNCIAS

CARCANHOLO, M. D. (Im)Precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: ALMEIDA FILHO, N. (org.). **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013. 233 p

CARVALHO, A. M. P.. Contemporaneidade brasileira: o Golpe em processo, a democracia em risco e a construção de resistência(s). **Conferência de abertura da XVI Semana da Cultura do Serviço Social**. Curso de graduação em Serviço Social. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza-CE. 2018.

Bolsonarismo como fenônemo político no Brasil do Presente: uma composição de risco, um desafio à luta política. Seminário virtual PAPIIT.15 abr. 2020

CARVALHO, A. M. P.; GUERRA, E. C.. O Brasil no século XXI nos circuitos da crise do capital: o modelo brasileiro de ajuste no foco da crítica. **Revista de Políticas Públicas**, v. 19, p. 41-60, 2015. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321143201003>. Acesso em: 20 jul. 2017.

CUT.. **Terceirização e desenvolvimento:** uma conta que não fecha. / Secretaria Nacional de Relações de Trabalho e Departamento Intersindical de Estatística e



PROMOTORES













Consciê<mark>ncia de</mark> Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

Estudos Socioeconômicos. - São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2014. 56 p.

GRAMSCI, A.. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

IASI, M. L.. **O sujeito oculto:** ao vencedor as batatas. Blog da Boitempo, 2018. Disponível em:< https://blogdaboitempo.com.br/2018/11/05/o-sujeito-oculto-aovencedor-as-batatas/>. Acesso em: 29 out. 2018.

IBGE. **Pesquisa mensal de emprego:** Janeiro 2015. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/default.shtm>. Acesso em: 22 nov. 2017.

nistorica. Sac	Paulo: Expressa	o Popular, 201	8. 2/1p.		
	Brasil: nova cla	sse média ou	novas formas de	e superexploraç	ão da
classe traball	nadora? Trabalho	o, Educação e	Saúde - Rio de	Janeiro, v. 11 n	. 1, p.
169-190,	jan./abr.	2013.	Disponível	em:	<
http://www.sc	ielo.br/pdf/tes/v11	n1/a10v11n1.	pdf> Acesso em: 2	26 mar. 2018.	

LUCE, M. S. Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias. Uma visão

MACÁRIO, E.. Neodesenvolvimentismo e Questão Social: reflexões baseadas em dados do Brasil e do Ceará. In: Aurineide Maria da Cunha; Irma Martins Moroni da Silveira. (Org.). **Expressões da Questão Social do Ceará**. 1ed.Fortaleza: Ed Uece, 2014, v. 1, p. 61-92.

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência.** In: TRASPADINI, R. e STEDILE, J.P. (orgs) Ruy Mauro Marini – Vida e Obra. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 137-180p.

OSÓRIO, J.. Fundamentos da superexploração. In: ALMEIDA FILHO, N. (org.) **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013. 233 p.

Padrão de	reprodução do	capital: uma	proposta teó	rica. In: F	FERREIRA
C.; OSORIO, J.; LUCE	i, M. S. (orgs.) l	Padrão de re	produção do	capital.	São Paulo
Boitempo, 2012a.					

_____. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. S. (orgs.) **Padrão de reprodução do capital.** São Paulo: Boitempo, 2012b.

PAULANI, L. M.. Uma ponte para o abismo. In: JINKINGS, I; DORIA, K; CLETO, M. (orgs). **Por que gritamos golpe?** : Para entender o impeachment e a crise no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.



PROMOTORES





APOIO







